

Ministro da Saúde admite que a falta de participação do farmacêutico nos programas de saúde pública deve-se à ausência de política de assistência farmacêutica, como um conjunto de ações no SUS, e não apenas de compra e distribuição de medicamentos

FOTO: Lindomar Cruz (Radiobras)



Ministro da Saúde, Humberto Costa

POR QUE O FARMACÊUTICO NÃO ESTÁ NOS PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA?

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
editor desta revista

“A falta de uma participação efetiva do farmacêutico nos programas de saúde pública se deve, principalmente, à ausência de uma política de assistência farmacêutica, como um conjunto de ações no Sistema Único de Saúde (SUS), e não apenas de compra e distribuição de medicamentos.”

Por que o farmacêutico não está atuando em programas de saúde pública, como o PSF (Programa de Saúde da Família), prestando atenção farmacêutica? O Ministro da Saúde, Humberto Costa, em entrevista exclusiva à revista PHARMACIA BRASILEIRA, responde: “A falta de uma participação efetiva do farmacêutico nos programas de saúde pública se deve, principalmente, à ausência de uma política de assistência farmacêutica como um conjunto de ações no Sistema Único de Saúde (SUS) e não apenas de compra e distribuição de medicamentos”. Humberto Costa foi convidado pelo Presidente Lula para uma incumbência no mínimo espinhosa: dirigir a Pasta responsável por um dos setores mais complexos do País. O Ministro chegou, trazendo uma lista de prioridades já demarcadas e que constavam do programa de campanha do Presidente. Uma delas é acabar com a ex-



PHARMACIA BRASILEIRA - Ministro, o farmacêutico é um profissional de saúde qualificado em diversos segmentos, que vão da assistência farmacêutica à engenharia genética. Na atenção farmacêutica, são importantes as suas atribuições (da construção do perfil epidemiológico de uma região à seleção de medicamentos, à atenção farmacêutica prestada ao balcão da farmácia etc). Hoje, o farmacêutico vive um momento de inquietação, marcado pela busca cotidiana da qualidade dos seus serviços e pela captação de amplos conhecimentos. Ultimamente, com o incentivo da Organização Mundial de Saúde, o farmacêutico vem atuando na atenção primária, com foco na prevenção. Mas, no Brasil, este profissional ainda não teve os seus serviços inseridos nos programas de saúde pública, como o PSF. Aliás, discute-se o medicamento, que é uma especialidade do farmacêutico, sem citar o nome desse profissional. A que o senhor atribui isso?

Ministro Humberto Costa - O farmacêutico é, sem dúvida, uma peça importante da equipe de saúde. É ele que dá suporte ao médico, ao enfermeiro, ao nutricionista, para uma intervenção adequada, transmitindo informações sobre a utilização correta do medicamento, como, por exemplo, o andamento do processo terapêutico, os efeitos adversos e o impacto do tratamento sobre os indicadores epidemiológicos.

A falta de uma participação efetiva do farmacêutico nos programas de saúde pública se deve, principalmente, à ausência de uma política de assistência farmacêutica, como um conjunto de ações no Sistema Único de Saúde (SUS), e não apenas de compra e distribuição de medicamentos.

Uma política eficiente de assistência farmacêutica deve prever um conjunto de ações de saúde para o uso racional do medicamen-

to. Entre elas, a observação da situação epidemiológica, para verificar as carências da população; uma política industrial para produção de medicamentos; a formação de recursos humanos, especialmente na área farmacêutica, voltados para as necessidades do sistema público de saúde. Esse planejamento é fundamental para garantir o acesso aos medicamentos, à medida em que contribui com a redução dos custos e com o melhor aproveitamento dos recursos.

PHARMACIA BRASILEIRA - O senhor tem manifestado disposição de promover mudanças na estrutura do Ministério da Saúde, para adaptar o órgão ao programa de Governo. Está nos seus planos ampliar o acesso da população ao medicamento, através de uma nova política de assistência farmacêutica. Nessa nova assistência que o senhor vislumbra, haverá espaço para os serviços do farmacêutico?

Ministro Humberto Costa - Os farmacêuticos são importantes instrumentos nesse processo de implementação do novo modelo de assistência farmacêutica para o SUS. Esperamos contar com o apoio dessa classe profissional no incentivo aos gestores estaduais e municipais, para que se empenhem na qualificação dos serviços de assistência farmacêutica e não apenas na aquisição de recursos para compra de medicamentos.

PHARMACIA BRASILEIRA - Uma preocupação do senhor, já manifestada, é com a falta de auto-suficiência do Brasil na produção de vacinas e de medicamentos essenciais. O senhor reconhece que a auto-suficiência em medicamentos será difícil, mas este é um objetivo que irá perseguir. Por onde o senhor vai começar? Qual o caminho mais curto para a auto-suficiência de medicamentos? O fortalecimento dos laboratórios oficiais está nos seus planos?

Ministro Humberto Costa - Os labora-

tórios oficiais são peças importantes na busca pela auto-suficiência na fabricação de medicamentos e insumos. Investindo na indústria nacional, é possível reduzir custos e, como consequência, elevar o número de pessoas beneficiadas. Então, nosso objetivo é incrementar a indústria nacional, para adquirir auto-suficiência na produção de alguns produtos ou, pelo menos, reduzir a dependência de insumos externos.

O Governo vai incentivar os 17 laboratórios oficiais do País a ampliarem a fabricação de medicamentos, especialmente os de alto custo. Entre as propostas que estão sendo trabalhadas para garantir o crescimento da produção, destaco a integração dos laboratórios, evitando ociosidade e superposição de esforços, o incremento de recursos federais e a criação de linhas de financiamento. Vamos reforçar a fabricação de medicamentos, de modo especial os excepcionais e a produção de hemoderivados.

Reduzir a dependência internacional demanda também investir em pesquisas. Nesse trabalho, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos desempenha papel fundamental. Além de coordenar a política de assistência farmacêutica do Ministério da Saúde, a nova secretaria vai estimular a pesquisa científica e a introdução de novas tecnologias no sistema público. Vamos procurar utilizar, de

“Nosso objetivo é incrementar a indústria nacional, para adquirir auto-suficiência na produção de alguns produtos ou, pelo menos, reduzir a dependência de insumos externos.”

forma adequada, os centros de excelência de que dispomos e que ainda não operam em sua capacidade plena.

Este ano, já foram dados dois importantes passos nesse rumo. Assinamos acordos com o Instituto Butantã, para nacionalizar a produção da vacina contra gripe, e com o Governo do Acre, para a instalação de uma fábrica de preservativos masculinos de látex, em Xapuri.

PHARMACIA BRASILEIRA - A autonomia da Anvisa continuará tendo o endosso do Ministério da Saúde, em sua gestão?

Ministro Humberto Costa - A Anvisa vai continuar desempenhando seu papel de órgão regulador e fiscalizador das ações de vigilância sanitária, no País. Entretanto, o Ministério da Saúde não vai abrir mão da sua responsabilidade na formulação das políticas. Queremos estabelecer uma relação cada vez mais próxima com a Anvisa, para que possamos definir as políticas que a agência vai aplicar.

PHARMACIA BRASILEIRA - A implantação do programa Farmácia Popular, uma das bandeiras de campanha de Lula, pode esbarrar numa dificuldade estrutural, que é a implantação, pelo Governo, de farmácias, no País inteiro, pois essa alternativa geraria custos estratosféricos para o SUS. O Conselho Federal de Farmácia (CFF) apresentou ao senhor uma sugestão: a de o Ministério da Saúde distribuir os medicamentos da Renome (Relação Nacional de Medicamentos) através da rede já existente de farmácias privadas, sem ônus para o SUS, ao invés de criar novas farmácias. Hoje, existe cerca de 57 mil estabelecimentos privados, formando uma capilaridade impressionante. O senhor fez alguma reflexão sobre a proposta do CFF?

Ministro Humberto Costa - O projeto das farmácias populares está entre as principais responsabilidades do Departamento de As-

clusão no acesso ao medicamento. Para tanto, Humberto Costa quer criar uma nova política de assistência farmacêutica. Esta revista perguntou-lhe se o farmacêutico terá espaço nessa nova política. A resposta foi vaga: “Esperamos contar com o apoio dessa classe profissional...”. O Ministro Humberto Costa, 45 anos, é médico pós-graduado em Medicina Geral Comunitária, Clínica Médica e Psiquiatria. Também, jornalista. Em sua carreira política, ostenta uma marca invejável: foi o vereador mais votado de toda a história do Recife (27.815 votos). Foi também Deputado Estadual e Federal por Pernambuco (1995-1998). Costa foi ainda Secretário Municipal de Saúde de Recife, por um ano e três meses, a partir de 2001. Ele fala ainda à PHARMACIA BRASILEIRA sobre a estratégia da Saúde para levar o Brasil à auto-suficiência na produção de medicamentos e insumos ou pelo menos diminuir a dependência externa nesse setor. Também, fala sobre a Anvisa (autosuficiência ou não?). **Veja a entrevista.**

sistência Farmacêutica do Ministério da Saúde. A previsão é que, no segundo semestre deste ano, já estejam funcionando os primeiros estabelecimentos sem fins lucrativos para vender remédios a preços mais baixos.

Para abater gastos administrativos com a abertura de novos postos, queremos utilizar uma infra-estrutura já existente. Nesse ponto, várias propostas estão sendo analisadas. A intenção é diminuir os custos para que o consumidor seja contemplado com a economia da produção nos laboratórios oficiais. Outra idéia será trabalhar com a redução de impostos para os produtos vendidos nas farmácias populares.

PHARMACIA BRASILEIRA - A prioridade máxima deste Governo, na saúde, é concluir a implantação do SUS, levando-se em conta os seus princípios fundamentais, como o da universalidade no acesso à saúde, o que seria uma grande obra. Uma das realidades mais traumáticas e vexatórias, na saúde, é a dificuldade de acesso da população ao medicamento. Que medida o senhor adotará para solucionar o problema?

Ministro Humberto Costa - O Ministério da Saúde vai atuar em vários campos, para melhorar o acesso da população aos medicamentos. Entre as medidas, estão o aumento da distribuição gratuita pelo SUS, a regulação dos preços dos fármacos e a criação das farmácias populares. Além disso, com a criação do Departamento de Assistência Farmacêutica, vinculado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, buscamos reorganizar o trabalho, concentrando as ações antes dispersas em vários setores do Ministério da Saúde.

A principal estratégia para abastecer as

“A principal estratégia para abastecer as unidades do SUS será fortalecer a produção nacional dos laboratórios oficiais. Com a economia alcançada pela produção local, poderemos aumentar as compras e atender mais pessoas”.

unidades do SUS será fortalecer a produção nacional dos laboratórios oficiais. Com a economia alcançada pela produção local, poderemos aumentar as compras e atender mais pessoas. Já este ano, os municípios do Programa Fome Zero passam a receber o dobro de recursos para compra de medicamentos da chamada Farmácia Básica, entre eles, analgésicos e anti-térmicos. O valor do repasse *per capita* subiu de R\$ 1,00 para R\$ 2,00.

Para garantir preços mais justos ao consumidor, estamos adotando, a partir deste mês de julho, uma

nova política de regulação do mercado farmacêutico. Nosso objetivo é favorecer a concorrência, ampliar o poder de compra do consumidor e estabelecer regras mais objetivas de correção dos preços de medicamentos. Ao mesmo tempo, vamos definir os preços de referência para a aquisição de medicamentos distribuídos pelo SUS.

O ajuste de preços, por exemplo, só poderá ocorrer uma vez por ano, sempre no mês de março, obedecendo a critérios definidos pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), composta por representantes dos Ministérios da Saúde, Justiça, Fazenda e Casa Civil.

As farmácias populares também serão mais um instrumento para garantir o acesso aos medicamentos. Como expliquei, anteriormente, a idéia é criar estabelecimentos sem fins lucrativos para que a população de baixa renda possa comprar medicamentos a preços abaixo da tabela de mercado.